

Eleições de 1989: contextualização dos votos para presidente no Paraná

Roberto Mauro da Silva Fernandes, Ana Paula Azevedo da Rocha e Keila Miranda Tachevski

Resumo

As eleições presidenciais de 1989, no Brasil, foram disputadas por 22 partidos políticos, em meio a uma crise política e econômica. Depois de 29 anos os brasileiros voltavam a escolher seu presidente, a partir de propostas diferentes e inovadoras, divulgadas no rádio e na televisão. Nesse cenário, dois nomes despontaram, a saber, Fernando Collor de Mello e o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, os quais tiveram a oportunidade de participar do segundo turno das eleições (a primeira a ser disputada em dois turnos). A direita saiu vencedora com Collor, mas foram os brasileiros, na realidade, os grandes vitoriosos com o ambiente democrático. A eleição de 1989 teve suas especificidades em cada região, estado e município do Brasil; dessa forma, vamos apresentar nesta discussão os resultados eleitorais, no estado do Paraná, das candidaturas para o cargo de presidente e vice-presidente da República Federativa do Brasil no ano de 1989. Em território paranaense Fernando Collor venceu de maneira incontestável, performance que está relacionada ao apoio que obteve da grande mídia no âmbito nacional e,

Sobre os autores

Roberto Mauro da Silva Fernandes é doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Membro do grupo de pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES). Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal). E-mail: robertomauro.fernandes@hotmail.com

Ana Paula Azevedo da Rocha é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Membro do grupo de pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES). E-mail: anapaula_azevedo31@hotmail.com

Keila Miranda Tachevski é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Graduada em Geografia pela Unicentro. Membro do grupo de pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES). Professora do Governo do Estado do Paraná. E-mail: keilamirandat@gmail.com

especialmente, devido as consequências da fragmentação do PMDB (partido do governo Sarney) no Paraná e da inexistência de bases consolidadas da esquerda no estado. Para tal, realizamos pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: atlas eleitoral; eleições presidenciais de 1989; Brasil; Paraná; democracia.

Abstract

The 1989 presidential elections in Brazil were contested by twenty-two political parties. After twenty-nine years, the Brazilian chose his president again. In the midst of a political and economic crisis the elections took place, the voter can get in touch with different and innovative proposals, on radio and television, driving them to improve the future. In those elections, two names emerged, Collor (the “marajás hunter”) and the ex-worker Lula, both had the opportunity to participate in the second round of the elections (the first to be disputed in two rounds) and to contest vote by vote the most important job in the country. In the end, the right won with Collor, but it was the Brazilians, in reality, the great victors, with the democratic environment. The 1989 election had its specificities in each region, state and municipalities in Brazil; thus, in this discussion we will present the electoral results, in the state of Paraná, of the candidates for the post of president and vice president of the Federative Republic of Brazil in the year 1989. Fernando Collor unquestionably won, a performance that is related to the support he obtained from the mainstream media at the national level and, especially, as a result of the fragmentation of the PMDB (Sarney government party) in Paraná and the inexistence of consolidated bases of the left in the state. To this end, we carried out bibliographic research.

Keywords: Electoral Atlas; Presidential elections of 1989; Brazil; Paraná / PR; democracy.

Artigo recebido em: 8 de julho de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 13 de agosto de 2022.

Introdução

Na década de 1980, em decorrência da segunda crise do petróleo de 1979 e da estratégia estadunidense de retomar sua hegemonia e modificar o sistema monetário internacional, houve a desaceleração da demanda mundial, a elevação contundente da taxa real de juros do sistema internacional, o aumento dos preços do petróleo no mercado mundial e a redução da liquidez internacional. Esses processos alteraram a economia mundial e afetaram diretamente os cenários econômico e político brasileiros.

Nesse contexto, o governo do general João Baptista Figueiredo adotou políticas econômicas restritivas (ajuste autônomo) que a partir de 1983, com a implementação do denominado ajuste monitorado, fruto de um acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual possibilitou a exportação de recursos através de desvalorizações cambiais e a redução de investimentos e de consumo por meio de taxas de juros elevadas. Conseqüentemente, essas novas resoluções provocaram uma forte recessão econômica, acompanhada de uma inflação com patamar próximo de 100% ao ano (Costa Pinto, 2019).

Esses dilemas econômicos afetaram o crescimento econômico brasileiro, que entre 1964 e 1980, estava na ordem de 7,8% ao ano, provocando uma ruptura no padrão de acumulação desenvolvimentista até então existente, e uma série de manifestações contrárias ao governo Figueiredo passaram a ser externalizadas. Empresários atingidos pela redução das taxas de lucro, diferentes segmentos de trabalhadores que, desde o final da década de 1970, promoviam greves operárias e as classes médias (profissionais liberais e gerentes) juntaram-se para apoiar a redemocratização do sistema político do país (Oliveira, 1999).

A crise econômica produziu uma crise política em que o regime militar perdeu o apoio de segmentos da classe empresarial e das classes médias, apoiadores importantes do golpe de 1964 e do pacto político que se instalou com o regime ditatorial. Na realidade, a junção desses dois segmentos com os diversos setores trabalhistas demonstrava que o pacto político responsável por sustentar os militares no poder chegava ao fim (Sallum, 1996).

O ano de 1984 foi um momento singular na história do Brasil: depois de vinte anos de ditadura militar, os rompimentos e articulações davam força ao movimento favorável às eleições que tomou o imaginário de milhões de brasileiros. Uma infinidade de comícios e manifestações públicas passaram a ocorrer a partir de janeiro de 1984. A tomada de consciência, conhecida como movimento das Diretas Já, exigia o direito dos brasileiros de eleger o presidente da república, reivindicava a implantação de uma democracia que garantisse as liberdades civis e políticas, bem como explicitava um sentimento coletivo acerca da solução dos problemas econômicos (fim da inflação e volta do crescimento econômico) e da introdução de profundas mudanças estruturais.

O ápice do movimento, porém, se deu às vésperas da votação da emenda constitucional que restabeleceria o direito ao voto popular e direto para presidente da República (a chamada Emenda Dante de Oliveira). No dia 10 de abril, quase um milhão de pessoas compareceram ao comício do Rio de Janeiro. Seis dias depois, foi São Paulo quem bateu o recorde no Vale do Anhangabaú, reunindo mais de um milhão de pessoas (Castro, 2011, 98).

No entanto, apesar das manifestações populares, a emenda que poderia alterar a cena política brasileira não foi aprovada por falta de quórum (após sessão que durou mais de 16 horas), e o fim da ditadura militar ocorreu através de uma *transição democrática* articulada pelas classes dominantes sob a tutela dos militares. Essa transição gradual e negociada para democracia deu-se por meio de eleições indiretas no Colégio Eleitoral¹, que no dia 15 de janeiro de 1985 elegeu Tancredo Neves para presidente civil do Brasil, após 21 anos de ditadura militar. O último presidente civil havia sido eleito em 1960 (Sallum, 1996; Codato, 2005).

No entanto, o presidente eleito não tomou posse. Horas antes da realização da cerimônia, Tancredo Neves foi encaminhado e internado em um hospital em Brasília, onde faleceu de infecção generalizada no dia 21 de abril de 1985. Assim, assumiu o cargo máximo da nação José Sarney, que ficou responsável por conduzir o processo de transição à democracia.

Zaverucha (1994) e Codato (2005) comungam a ideia de que o governo Sarney (1985-1989) manteve prerrogativas políticas dos militares, condição que lhes deu o poder de tutelar a democracia brasileira durante a transição, expressado na Constituição de 1988 com a manutenção da Lei de Segurança Nacional. Ademais, a transição teve um caráter conservador, uma vez que ocorreu sem a ruptura da ordem institucional, sem alterações na estrutura de dominação de classes e foi conduzida na cena política por apoiadores do regime militar, em especial pela tríade

1. Como a emenda proposta por Dante de Oliveira não foi aprovada, cumpriu-se o que estava plasmado no artigo 76 da Constituição de 1967, ou seja, o presidente e seu vice deveriam ser eleitos por meio de um colégio eleitoral. A Carta de 1967 estabeleceu que este deveria ser composto pelos membros do Congresso Nacional e por delegados indicados pelas assembleias legislativas dos estados.

composta pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pelo Partido Democrático Social (PDS) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Em outras palavras, a transição foi construída “por cima”, por meio de uma configuração das elites, e facilitada pelos anseios dos movimentos e lutas das classes trabalhadoras contra os avanços da inflação² (Oliveira, 1999).

A despeito do caráter conservador (e de tutela dos militares), o período da transição foi marcado por avanços sociais e políticos e por tentativas desastrosas de combate à inflação. A título de exemplo, no primeiro ano de governo, foi aprovada a emenda constitucional que reestabeleceu eleições diretas para prefeitos em cidades consideradas áreas de segurança nacional pelos militares e concedeu aos analfabetos direito de voto. Além disso, o governo convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, cujo resultado foi a aprovação da Constituição de 1988, processo sustentado no Congresso Nacional pelos partidos dissidentes do PDS, PFL e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (Costa, 2006).

A nova constituição refletiu os ideais democráticos e a conquista de direitos universais oriundos da mobilização popular das *Diretas Já*, garantindo, por exemplo, a criação de um dispositivo constitucional para que o Sistema Único de Saúde (SUS) obtivesse orçamento próprio para o atendimento da população brasileira, além de um conjunto de mecanismos que permitiam a participação popular no interior da democracia representativa criada (Bresser-Pereira, 2008).

Entretanto, a historiografia aponta que o governo Sarney foi protagonista de um conjunto de experiências malsucedidas de estabilização da inflação. Ao longo de cinco anos foram lançados três planos de estabilização: Plano Cruzado, em 1986, Plano Bresser, em 1987 e Plano Verão, em 1989 (Castro, 2011). Para Bresser-Pereira (2008), o governo Sarney fracassou com os planos, pois não revisou a estratégia nacional desenvolvimentista para aquele momento de grande crise da dívida externa, a qual contribuiu para o fim do regime militar. Logo, o projeto de Brasil dos militares deveria ser

2. O maior exemplo do caráter conservador da Nova República foi o próprio presidente do país, José Sarney, filiado ao ARENA e fundador do PDS, partido que sucedeu o primeiro com o fim do sistema bipartidário, e do PFL, sigla compostas por dissidentes do PDS que não apoiavam Paulo Maluf, o candidato dos militares no Colégio Eleitoral.

revisto. A segunda metade da década de 1980 era o momento de resolver o problema da crise de balanço de pagamentos, associada à alta inflação inercial que foi desencadeada com a crise da dívida externa. Segundo o economista, o governo não tinha diagnóstico adequado para a crise econômica, bem como os empresários e os políticos que conduziram a transição ignoraram a sua gravidade, supondo que a solução seria estimular a demanda interna e retomar a política industrial dos anos de 1950 e 1970:

Os anos 1980, entretanto, eram outros, e exigiam uma nova estratégia – um novo desenvolvimentismo – coisa que os governantes não estavam preparados para adotar. Precisavam dar-se conta de que a crise da dívida externa necessitava uma negociação soberana, mas que esta só poderia ser lograda se fosse combinada com uma nova e rígida disciplina que enfrentasse a crise fiscal e com uma política de taxa de câmbio que mantivesse a economia competitiva internacionalmente. O Plano Cruzado, que o governo democrático implementa em 1986, não revelava nenhuma dessas tomadas de consciência: foi realizado sem que paralelamente se iniciasse um processo de efetiva negociação da dívida externa, ignorou a necessidade do ajuste fiscal, e deixou que a taxa de câmbio apreciada mantivesse o país nas condições de insolvência externa em que se encontrava desde que a Crise da Dívida Externa se desencadeara no início da década. Não é surpreendente, portanto, que esse plano tenha fracassado tão estrondosamente, e que seu fracasso [...] era fundamentalmente dos empresários industriais que tiveram um de seus principais líderes, Dílson Funaro, na chefia do Ministério da Fazenda, e da classe política que conduzira a transição democrática. Os empresários industriais, que haviam tido um papel decisivo na abertura democrática, fracassaram em assumir a liderança política do país porque lhes faltava como a toda a sociedade brasileira uma estratégia ou um projeto e porque haviam se comprometido com o Plano Cruzado (Bresser-Pereira, 2008, 74-5).

Em termos econômicos, as enormes expectativas depositadas no governo Sarney foram sendo arrefecidas a cada fracasso dos programas de estabilização, o que contribuía com a hiperinflação e acirrava a instabilidade macroeconômica em curso desde 1983, ampliando os problemas relacionados às contas externas e finanças públicas que afetavam negativamente os investimentos empresariais. Além do mais, o fracasso no combate à inflação incidia sobre

a população de menor renda. Em linhas gerais, os planos malsucedidos resultaram na aceleração da inflação – que em 1989 alcançou a marca de 1.783% – e na deterioração das contas públicas, o que atuou como uma contrapartida para manutenção de taxas de lucratividade para o setor privado (Costa Pinto, 2019).

Como consequência, ao invés do ajuste e da reforma, o país mergulhou, em 1988 e 1989, no descontrole da política econômica, que contribuiu para agravar os desgastes internos do governo Sarney, entre outras questões, caracterizados pela saída de importantes lideranças do PMDB que, posteriormente, criaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e na hiperinflação causada pela crise fiscal. Nesse momento, as ideias, diretrizes e conceitos discutidas no encontro *Latin American Adjustment: How Much has Happened?*, conhecido como Consenso de Washington, ganhavam força na América Latina e em especial no Brasil, que vivenciava uma crise fiscal e estava sem alternativas diante de sua dívida externa, além do governo Sarney estar manchado por várias denúncias de corrupção (Bresser-Pereira, 1990, 2008; Costa, 2006).

A grande crise dos anos 1980 e, sobretudo, do período de transição à democracia, foi uma crise da dívida externa, fiscal e de alta inflação. Esse quadro desencadeou uma mudança nas posições da cena política brasileira, marcou o fim da hegemonia da burguesia industrial e colapsou o desenvolvimentismo no Brasil, possibilitando, assim, a ascensão de uma nova fração hegemônica ao bloco no poder, isto é, a burguesia vinculada ao setor financista e rentista, responsável pela liderança do pacto político que oportunizou a vitória da chapa majoritária de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco nas eleições de 1989 e a implementação da ideologia neoliberal no Brasil a partir de 1990 (Bresser-Pereira, 2008; Costa Pinto, 2019).

A eleição presidencial de 1989 foi a primeira no Brasil a ser realizada em dois turnos. Com a promulgação da Constituição de 1988, ficou estabelecido a realização do segundo turno caso nenhum dos candidatos obtivesse maioria absoluta dos votos no primeiro (entre 1945 e 1964, os presidentes e governadores foram eleitos por maioria simples). Ademais, o pleito apresentou uma singularidade: foi a primeira eleição na qual estava em disputa apenas um cargo, condição que incentivava a participação dos partidos depois de anos de uma legislação restritiva. Foram 22 candidaturas e praticamente não foram formadas coligações. Para Limongi e Guarnieri (2014):

Os resultados da eleição de 1989 foram interpretados como uma confirmação das expectativas pessimistas que acompanharam a redemocratização do país. Collor foi caracterizado como um outsider, cuja vitória não teria dependido de estruturas partidárias. O carisma e a liderança pessoal teriam sobrepujado os partidos [...] Em 1989, o número de candidatos foi excessivo, levando a uma fragmentação dos votos. Ter votação expressiva em um ou outro estado se mostrou insuficiente para viabilizar candidaturas, evidenciando os ganhos que poderiam ser auferidos por meio da coordenação no lançamento de candidaturas (Limongi e Guarnieri, 2014, 10).

Dito isso, nosso objetivo é apresentar os resultados eleitorais, no estado do Paraná, das candidaturas para o cargo de presidente da República do Brasil no ano de 1989. Ressalta-se que realizamos o debate com base nas conjunturas política, econômica e social do período para apontarmos fatores que contribuíram para a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

1989: contexto eleitoral, mídia e 1º turno

A eleições de 1989 ocorreram em um contexto de tensões políticas e desgaste interno do governo Sarney, causados, sobretudo, pelo fracasso dos planos econômicos, elaborados para conter a inflação, e pelas sucessivas denúncias de corrupção, com tentativas malsucedidas de instauração de comissões parlamentares de inquérito (CPI) no Congresso (Costa, 2006). O desgaste do governo teve como consequência a perda de sua base parlamentar de sustentação, levando inclusive a divisão do maior partido do país naquela época, o PMDB, que, nas eleições de 1986 para os governos estaduais, venceu em 22 das 23 unidades federativas.

Assim, nesse clima de ceulemas e desconfiança, a partir de março de 1989 as candidaturas passaram a ser anunciadas. Ulysses Guimarães foi o candidato do PMDB; o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi representado por Leonel Brizola; o PSDB lançou Mario Covas; Luiz Inácio Lula da Silva foi o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), que contou com o apoio do Partido

Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B); o PRN (partido sem expressão nacional) anunciou a candidatura de Fernando Collor. Além desses, mais dezessete partidos lançaram candidatos: o PDS disputou com Paulo Maluf; o Partido Liberal (PL) participou com Guilherme Afif Domingos; Roberto Freire foi o candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB); o representante do PFL foi Aureliano Chaves, o Partido Social Democrático (PSD) participou com Ronaldo Caiado; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) disputou com Affonso Camargo; Enéas Carneiro representou o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona); José Alcides de Oliveira, conhecido popularmente como Marronzinho, foi o candidato do Partido Social Progressista (PSP); o Partido do Povo (PP) disputou a presidência com Paulo Gontijo; o Partido Comunitário Nacional (PCN) fez parte do pleito com Zamir José Teixeira; Livia Maria Pio foi a candidata do Partido Nacionalista (PN); o Partido Liberal Progressista (PLP) disputou com Eudes Mattar; Fernando Gabeira foi o representante do Partido Verde (PV); o Partido da Mobilização Nacional (PMN) teve como candidato Celso Brant; o Partido do Povo Brasileiro (PPB) participou com Antônio dos Santos Pedreira; Manoel Horta foi candidato pelo Partido da Democracia Cristã do Brasil (PDC do B); e o Partido Municipalista Brasileiro (PMB) disputou a presidência com Armando Corrêa.

A campanha eleitoral ocorreu em um contexto de ampla rejeição ao governo Sarney. Em setembro de 1989, o Instituto Datafolha publicou uma pesquisa em que 68% dos eleitores consideravam o então governo ruim ou péssimo. O cenário era tão crítico a ponto do candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, declarar que sua candidatura era independente em relação ao governo. Nesse momento, o brasileiro convivia com um ambiente de inflação que chegava a quase 80% ao mês. Desse modo, os candidatos com maiores índices de intenção de voto eram aqueles da oposição ao governo: Brizola e Lula chegaram a liderar as pesquisas no início da campanha eleitoral; Fernando Collor, na época governador de Alagoas, aparecia com 9% das intenções de voto em março de 1989 (Costa, 2006).

É preciso destacar dois fatores considerados centrais nas dinâmicas da eleição para presidente no ano de 1989. O primeiro está relacionado ao marketing realizado pela grande mídia em nome

do candidato Fernando Collor, em especial pela Rede Globo. O apoio da Globo foi fundamental para a performance do candidato e sua posterior vitória. O segundo fator relaciona-se à alienação do eleitorado inscrito, dentre o qual uma porcentagem considerável se absteve, votando em branco ou nulo. Fato curioso, visto ser a primeira eleição presidencial após 21 anos de ditadura militar.

No que tange à grande mídia, Soares (2009) explica que a Rede Globo realizou uma campanha aberta para o governador de Alagoas, por meio de suas novelas e de seu telejornalismo, preparando o cenário para Collor discursar contra os políticos – em especial o governo Sarney – e funcionários públicos, os quais eram apresentados à população como “marajás”. Daí o apelido do presidencial: caçador de marajás.

As novelas trabalhavam o consciente coletivo da população brasileira que convivia com um ambiente de inflação voraz; os jornais, por sua vez, realizavam uma cobertura favorável ao candidato do PRN. Entre março e agosto de 1989, foi assídua a vinculação da imagem e presença de Collor em programas como Globo Repórter, Fantástico e nos telejornais. Cenário completado com a veiculação, no Jornal Nacional, dos resultados das sondagens de voto realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), os quais apresentavam o nome de Collor como vencedor. Por outro lado, a grande mídia concedeu espaço aos demais candidatos, realizando uma cobertura crítica de seus programas de governo, em especial dos candidatos do PT e PDT, Lula e Brizola, frequentemente associados a fatos negativos. De mesmo modo, as greves e confrontos de cunho trabalhista eram criminalizados, o que ensejava discursos severos contra à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que apoiava Lula (Lima, 2001; Costa, 2006).

No que diz respeito ao segundo fator em destaque, Costa (2006) afirma que o eleitorado de 1989 esteve na ordem de 82.056.226, dos quais compareceram para votar apenas 72.277.408. Nesse sentido, houve uma alienação eleitoral no primeiro turno de 14.442.984 eleitores, com 9.793.809 de abstenções, o que corresponde a um total de 18,3% dos eleitores inscritos. Analisando a distribuição de votos entre os candidatos (Quadro 1), a alienação eleitoral foi menor apenas que a quantidade de votos do primeiro colocado, Fernando Collor, que teve 30% dos votos válidos.

Quadro I – Votos válidos na eleição presidencial de 1989 (1º turno)

Candidatos	Eleitorado inscrito: 82.074.718	
	Nº de votantes: 72.277.408	
	Total de votos válidos	Números absolutos
Fernando Collor	30,4 %	20.611.011
Luiz Inácio Lula da Silva	17,1%	11.622.673
Leonel Brizola	16,5%	11.168.228
Mário Covas	11,5%	7.790.392
Paulo Maluf	8,8%	5.986.575
Guilherme Afif	4,8%	3.272.462
Ulysses Guimarães	4,7%	3.204.932
Roberto Freire	1,1 %	769.123
Aureliano Chaves	0,8 %	600.838
Ronaldo Caiado	0,7%	488.846
Affonso Camargo	0,5%	379.286
Outros	2,5%	1.732.283
Votos válidos	100 %	67.626.649

Fonte: adaptado de Costa (2006).

Portanto, a alienação eleitoral teve porcentagem maior do que a quantidade de votos recebidos por Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Mário Covas, respectivamente segundo, terceiro e quarto colocados, e maior que a soma dos votos dos outros candidatos, o que demonstra uma alta taxa de votos brancos, nulos e abstenções (Costa, 2006).

Para Lima Júnior (1993), a taxa de comparecimento eleitoral, o absenteísmo, dá-se em decorrência de fatores de *natureza ecológica* que facilitam, dificultam ou impedem o deslocamento do eleitor para as seções eleitorais; já os votos brancos e nulos são atribuídos às realidades socioeconômicas de natureza individual. Nicolau (2002) defende que questões socioeconômicas e institucionais estão relacionadas à alienação eleitoral: o eleitor se abstém por protesto contra o sistema político ou contra o voto; no entanto, tal comportamento se combina à baixa escolaridade das populações votantes, ocasionando uma série de erros que eventualmente anulavam o voto ou o deixavam em branco (quando o processo era

realizado por meio de cédulas). Para o autor, outro fator que condiciona os números são as fraudes nas urnas. Vitullo (2002, 2007) associa o crescimento da alienação eleitoral aos processos de desestruturação social e crise de legitimidade, influenciados, sobretudo, pela moral religiosa e pela cultura política altamente personalista.

Os três casos estão presentes na cultura política e eleitoral brasileira e latino-americana, no entanto, no caso das eleições presidenciais de 1989, as condições de natureza ecológica e as questões socioeconômicas se destacaram. Costa (2006) aponta que as taxas de votos em branco e nulos no pleito de 1989 estiveram associadas ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em algumas regiões do Brasil; ou seja, a variação da taxa por região estava vinculada à escolaridade, renda e expectativa de vida. Além disso, o autor afirma que as altas taxas de abstenção estavam relacionadas à extensão territorial de alguns estados: nas regiões com estados de grande extensão territorial e menor densidade eleitoral, como o caso do Norte, as taxas de abstenção foram maiores do que naqueles pertencentes às regiões Sudeste e Sul.

O argumento supramencionado está relacionado àquele Brasil de 1989, recém-saído de uma ditadura e que vivenciava um clima de democracia, com grande parte do eleitorado que formava a base social da pirâmide dividido quase igualmente entre homens e mulheres e vivendo em ambiente urbano, nas grandes metrópoles. A maioria dos eleitores em 1989 tinha acesso limitado à informação de qualidade e à instrução formal, por isso a mídia de massa, especialmente a televisão, foi crucial para a performance de alguns candidatos (Moisés, 1990). Logo, é difícil crer que a taxa na ordem de 18,3% (mais de 14 milhões de eleitores) de alienação eleitoral estava relacionada a protestos contra o sistema político ou a uma crise de legitimidade.

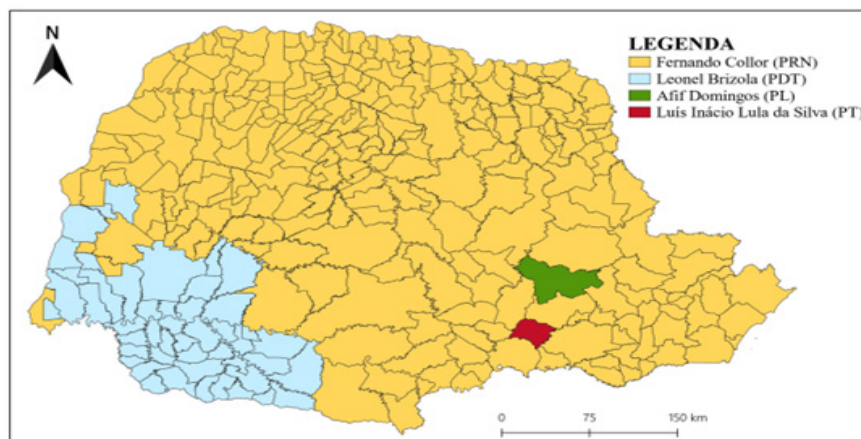
Outro detalhe importante está na divulgação bem-sucedida das campanhas eleitorais de Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. Com a novidade da campanha eleitoral por meio eletrônico, os dois candidatos em questão conseguiram inovar a propaganda política. Collor apresentava-se como um candidato jovem, protetor dos menos favorecidos, caçador de marajás e tinha um discurso sobre a modernização do país, bem como grande visibilidade na grande mídia; Lula, por sua vez, apresentou propostas radicais para controlar a inflação e implementar crescimento econômico, dobrando suas intenções de voto com a propaganda eleitoral e ultrapassando, nos últimos dias de campanha, Leonel Brizola, que era cotado

para disputar o segundo turno (Miguel, 2004; Maziero, 2020). Maciel (2012) também explica que as movimentações do movimento sindical e popular de 1989 beneficiou a candidatura de Lula, tendo sido o apoio da CUT fundamental. Ambos os candidatos tiveram votação com perfil nacional a partir da inovação nas suas campanhas.

As eleições foram realizadas no dia 15 de novembro de 1989, no centenário da Proclamação da República, depois de 21 anos de ditadura militar, cinco anos de governo eleito pelo parlamento, 29 anos após as últimas eleições presidenciais pela via direta (a última vez que os brasileiros haviam escolhido o seu presidente foi no ano de 1960) e três dias depois do término da exibição dos programas eleitorais. Conforme os prognósticos do Ibope e Datafolha, Fernando Collor de Mello, com mais de 20 milhões de votos válidos, sagrou-se vencedor do primeiro turno, e, juntamente com Luiz Inácio Lula da Silva, que ficou em segundo lugar com 11.622.673 votos – superando nomes importantes como Mário Covas e Leonel Brizola –, disputou o segundo turno das eleições.

No que tange à *performance* dos presidenciáveis no estado do Paraná nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello obteve a maioria dos votos paranaenses, Leonel Brizola foi o segundo mais votado, seguido por Guilherme Afif Domingos (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (Figura 1).

Figura 1 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): candidato vencedor por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

A vitória esmagadora de Fernando Collor no Paraná está relacionada, sobretudo, ao cenário nacional e às disputas no interior do PMDB, bem como às alianças que o PRN realizou na esfera nacional e que reverberaram no estado.

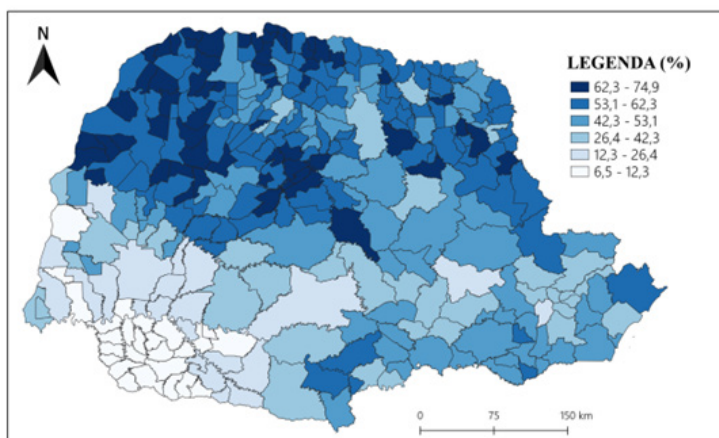
No ano de 1989, os candidatos do PMDB e PFL foram rejeitados pelos eleitores. As duas legendas eram a base do governo Sarney e, logo após a escolha de Ulysses Guimarães para ser candidato à presidência, passaram a se digladiar e abandonaram o candidato do PMDB. Por um lado, não havia consenso na escolha de Ulysses; por outro, as antigas elites associadas a esses partidos passaram a desvincular suas imagens do presidente Sarney e do momento de crise que ele não conseguia coordenar. Álvaro Dias, governador do Paraná, declarava publicamente apoio a Mário Covas, e uma grande parte dos diretórios municipais do PMDB do Paraná passaram a apoiar a candidatura de Collor (outros, a de Mário Covas). A realidade é que em diversos estados do Brasil, a rejeição dos candidatos do PMDB e PFL ensejou a criação de uma coalizão conservadora no entorno de Collor pelas classes dominantes vinculadas a eles (Guilherme, 2018).

Dito isso, registra-se que Collor venceu em todos os municípios da região metropolitana de Curitiba, Londrina, Maringá e nos demais municípios da mesorregião norte-central. Nos municípios da mesorregião centro-sul, oeste e sudoeste, Collor venceu em Guarapuava, Foz do Iguaçu, Toledo (com margem apertada) e foi o segundo colocado em Cascavel.

Ademais, o comportamento eleitoral na unidade federativa em questão está relacionado às tendências de voto ao candidato no âmbito nacional: o presidenciável do PRN venceu nos municípios pequenos e médio do interior do Brasil e, no Paraná, não foi diferente (Figura 2).

Em relação ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, ele não teve uma quantidade de votos expressiva nos municípios paranaenses. O candidato venceu em São João do Triunfo e teve as maiores concentrações de voto nas mesorregiões centro-oriental, sudeste, oeste e sudoeste do estado. Lula foi o terceiro candidato mais votado em Foz do Iguaçu e Paranaguá (Figura 3).

Figura 2 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Fernando Collor por município (PR).

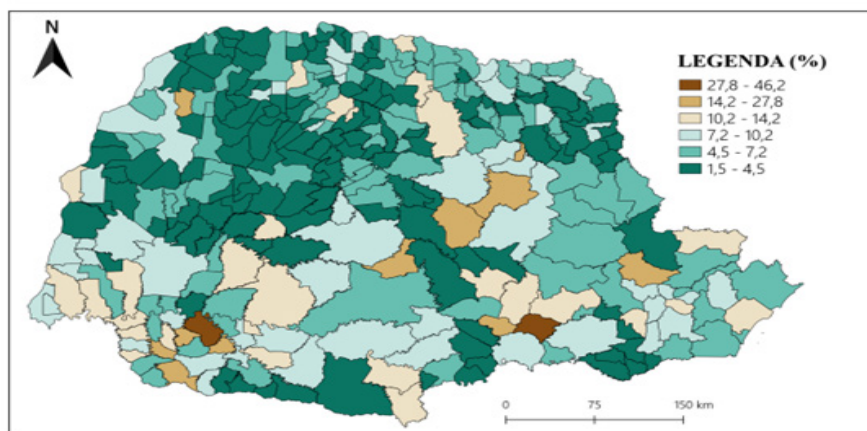


Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Figura 3 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Luiz Inácio Lula da Silva por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Em Curitiba, Lula foi o quinto mais votado, com 75.099 mil votos, os quais estiveram concentrados em municípios das mesorregiões sudeste e sudoeste paranaense. Na capital, a votação pode ser explicada pela tendência nacional do candidato do PT ter eleitores nas principais capitais do Sul e Sudeste, bem como entre a população com maior escolaridade e as classes médias.

Na análise estadual, a média de votos de Lula seguiu baixa, acompanhando um histórico de baixas porcentagens dos candidatos do PT nas eleições anteriores para o governo do estado: em 1982 e 1986, os votos direcionados ao Partido dos Trabalhadores não atingiram 2%. Algo de se esperar para um partido com nove anos de existência, disputando em um reduto de quatro forças, a saber, PMDB, PDS, PFL (ex-ARENA) e PDT.

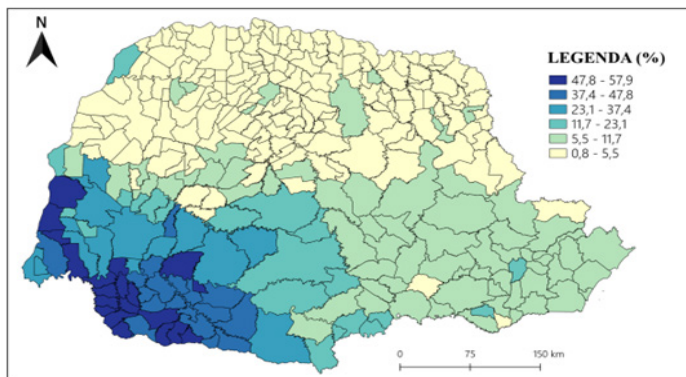
Leonel Brizola (PDT) foi o segundo mais votado dos presidencialistas no Paraná em 1989, além de ser uma grande liderança nacional. Especialmente no sul do Brasil, as alianças do PDT com lideranças importantes do Paraná foram fundamentais para Brizola obter a segunda maior quantidade de votos na unidade federativa. A título de exemplo, nas eleições de 1986 para governador houve uma coligação entre Jaime Lerner (PDT), que se tornou governador em 1994, e Alencar Furtado, antigo quadro do PMDB e deputado pelo estado do Paraná. O liame garantiu a chapa o segundo lugar, com mais de 700 mil votos; logo, tais bases foram fundamentais para a performance de Brizola nas eleições presidenciais.

É possível observar na Figura 4 que os votos para o candidato do PDT ficaram concentrados na metade sul do Paraná. Se especializarmos por mesorregiões, destacamos os votos recebidos por Brizola no oeste e sudoeste paranaense. Brizola foi o candidato mais votado em Cascavel, com 35.365 votos, Pato Branco, com 12.730 votos etc. Outras performances dignas de nota foram a segunda colocação em Foz do Iguaçu e Guarapuava e a terceira colocação em Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo. Na capital, Brizola teve 105.911 votos, atrás apenas de Afif e Collor. Destaca-se a força do candidato do PRN, que teve quase 80 mil votos a mais que o candidato do PDT.

Guilherme Afif Domingos (PL) foi o sexto candidato mais votado do Brasil em 1989, ficando à frente de políticos conhecidos e grandes lideranças no âmbito nacional, como Ulysses Guimarães, Roberto Freire e Fernando Gabeira. Na época, era deputado

constituente, eleito em 1986 pelo estado de São Paulo, com ligações com políticos do PDS, atuando como secretário de Agricultura e Abastecimento na gestão Maluf. No Paraná, o candidato Afif foi o terceiro mais votado, com 494.557 votos.

Figura 4 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Leonel Brizola por município (PR).

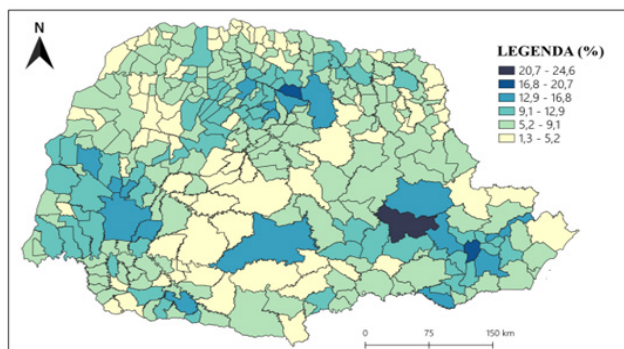


Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Figura 5 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Guilherme Afif Domingos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021

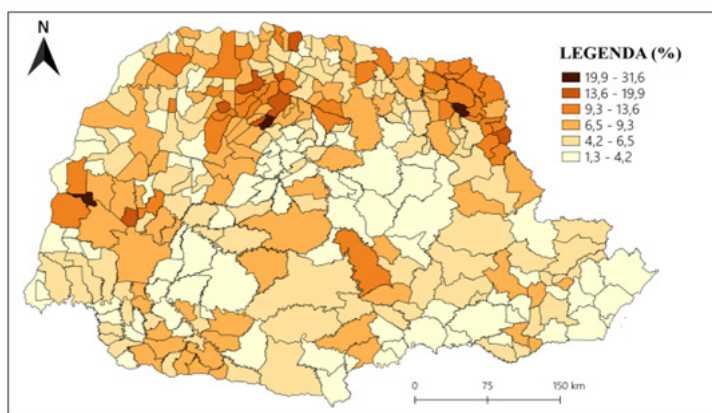


*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Afif Domingos, homem da elite e com um discurso voltado para as classes médias brasileiras, começou a subir nas pesquisas a partir de outubro de 1989. Sua visibilidade nacional lhe rendeu quantidade significativa de votos nas regiões metropolitanas de Curitiba, centro-oriental e centro-sul. Em Guarapuava conquistou 12.782 votos; em Londrina, 27.036 votos e, em Ponta Grossa, município no qual foi campeão, teve 29.935 votos, superando Fernando Collor de Mello, com 28.575 votos.

As grandes lideranças nacionais no contexto da redemocratização e com grande visibilidade nos principais centro do país, a saber, Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB) e Paulo Maluf (PDS), tiveram baixo desempenho no estado do Paraná. Maluf foi prefeito e governador de São Paulo, candidato à presidência na eleição indireta de 1985, na qual foi derrotado. Nas eleições de 1989, mesmo obtendo pouca porcentagem de votos, foi o segundo colocado em Maringá (25.573 votos) e nos municípios vizinhos (Floresta, Paiçandu e Doutor Camargo). Na capital paranaense, Maluf foi o sexto colocado, com 62.412 votos, atrás de Collor, Afif, Brizola, Covas e Lula, respectivamente. Maluf era um herdeiro da ditadura e sua ligação com os militares influenciou a quantidade de votos que obteve.

Figura 6 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Paulo Maluf por município (PR).



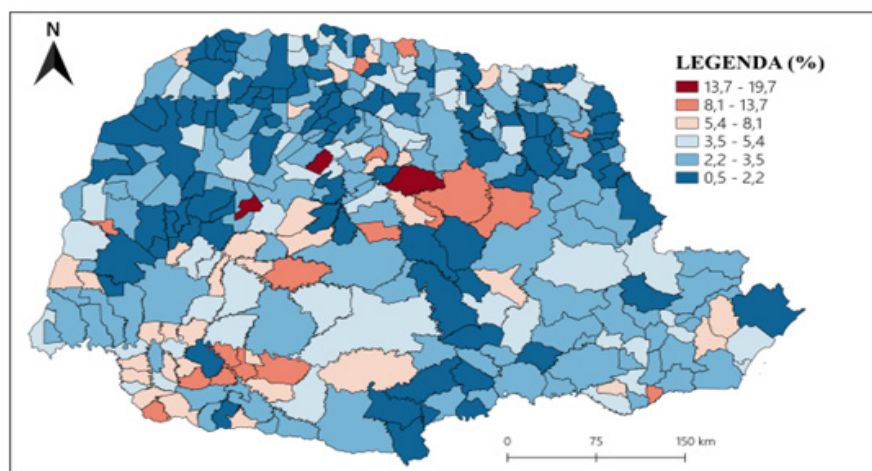
Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Mário Covas e Ulysses Guimarães tiveram, respectivamente, 7.61% e 3.3% dos votos, um desempenho muito baixo, considerando-se ambas as atuações no processo da Assembleia Nacional Constituinte. Tiveram grande concentração de votos nas mesorregiões norte-central, sudoeste e na região metropolitana de Curitiba (Figuras 7 e 8). Covas teve a segunda maior votação em Curitiba, com mais de 94 mil votos, enquanto Ulysses recebeu 21.144 votos na capital. O desempenho dos candidatos no estado do Paraná está vinculado ao cenário nacional e suas ligações com o governo Sarney, apesar da desfiliação de Covas do PMDB e de Ulysses Guimarães lançar uma candidatura com um discurso de independência e desvinculação do governo. Maluf era um herdeiro da ditadura, o que parece ter tido grande repercussão no Paraná, visto que nas duas últimas eleições para o poder executivo – isto é, para o governo estadual, o vencedor foi do PMDB. No geral, os políticos vinculados ao desenvolvimentismo estavam sem credibilidade perante o eleitor brasileiro, em especial, depois dos fracassados planos econômicos, e, igualmente, diante do eleitor paranaense, o que se refletiu nas urnas.

Figura 7 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Ulysses Guimarães por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



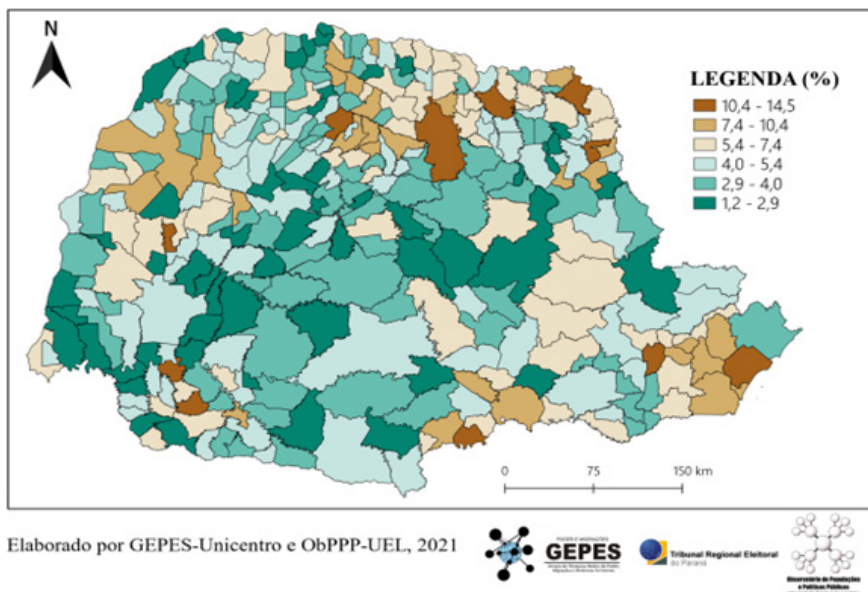
GEPES

Instituto Regional Eleitoral do Paraná



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

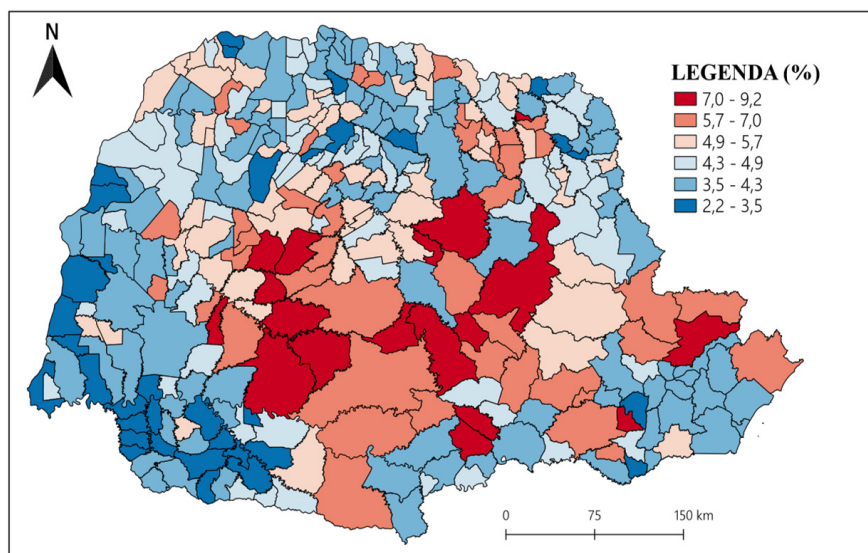
Figura 8 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Mário Covas por município (PR).



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Nas eleições presidenciais de 1989, o estado do Paraná teve um representante, a saber, o senador Afonso Camargo, nascido em Curitiba no ano de 1929. Sua trajetória política começou em 1964, quando ocupou o cargo de vice-governador do Paraná; em 1978, foi senador biônico. Presidente do diretório regional da ARENA, filiou-se ao PP e, com a volta do pluripartidarismo, juntou-se ao PMDB, tendo sido indicado para ministro dos transportes em 1985, no governo Tancredo Neves (inclusive, foi um dos articuladores do governo Tancredo no contexto das *Diretas Já*). No governo Sarney, foi mantido no cargo, passando a ser conhecido como o “pai do vale-transporte”, pois criou a lei que garantia o direito. Em 1986, foi eleito democraticamente senador da república pelo estado do Paraná (como é sabido, foi senador biônico, cargo indicado pelo presidente); em 1987, filiou-se ao PTB, no qual permaneceu até 1992. Nas eleições de 1989, teve uma votação inexpressiva (Figura 9).

Figura 9 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) de Affonso Camargo por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



PODER E ORGANIZAÇÕES
GEPES
GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES

Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



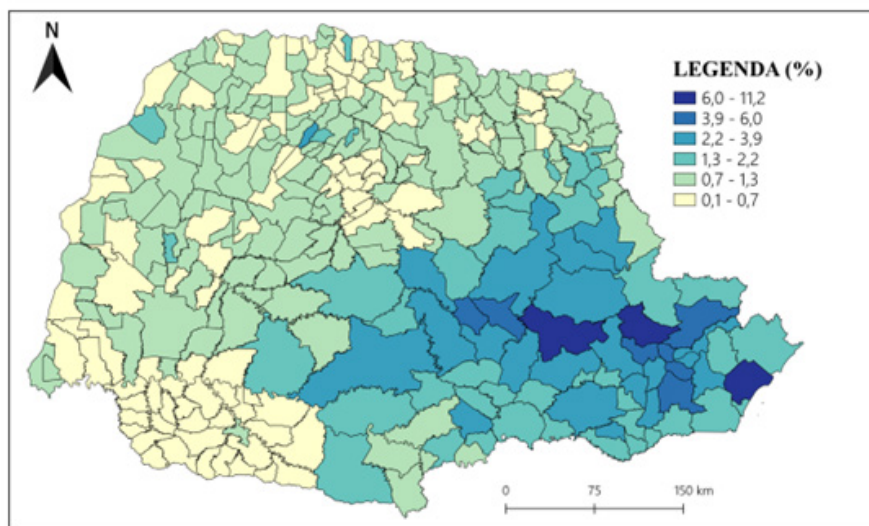
Associação de Pesquisadores
e Políticas Públicas

*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

Seus votos ficaram concentrados na porção centro-sul do Paraná, os quais foram influenciados aparentemente pela sua ligação com a ditadura militar e com o governo Sarney. Obteve 379.286 votos no Brasil durante o primeiro turno (cerca de 0,54% dos votos válidos), terminando como o décimo primeiro colocado. O número reduzido de votos no Estado do Paraná reflete a votação em todo o território nacional.

No que tange aos candidatos Roberto Freire, Aureliano Chaves, Celso Brant, Enéas Carneiro, José “Marronzinho” de Oliveira, Lívia Maria, Antônio dos Santos Pedreira, Zamir José Teixeira, Eudes Mattar, Paulo Gontijo, Manoel Horta e Armando Corrêa tiveram votos concentrados na região centro-oriental, centro-sul, sudeste na região metropolitana de Curitiba (Figura 10).

Figura 10 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual da soma dos votos (%) recebidos pelos outros 14 candidatos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

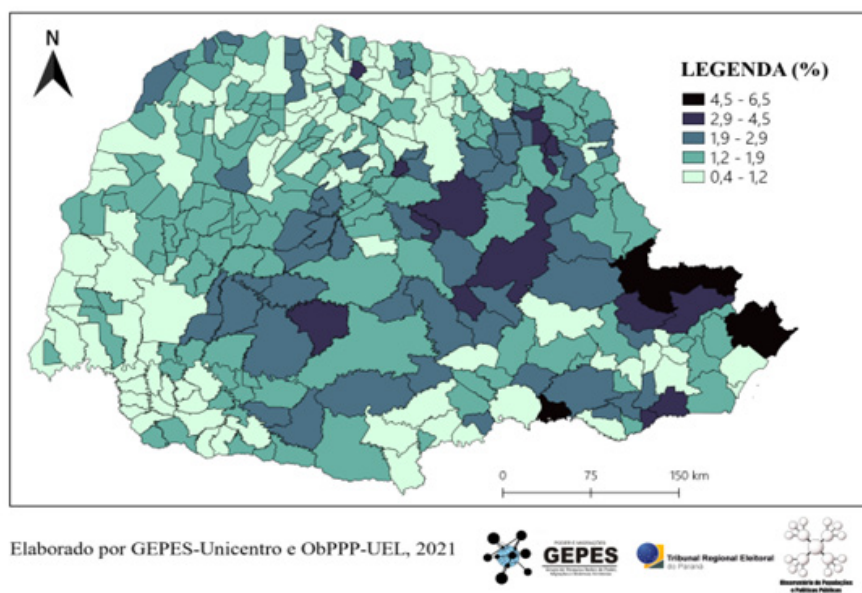
Na capital, por exemplo, para os demais candidatos, foram direcionados 32.467 votos, em um total de 716.084 (somando os 22 que disputaram). O outro destaque de concentração de votação está na microrregião de Paranaguá, com 4.111 votos, e na microrregião de Ponta Grossa, onde mais de 17 mil votos foram obtidos apenas no município de Ponta Grossa. Aparentemente, na cidade, a adesão aos candidatos de fora do Paraná foi significativa, haja vista os votos para Afif Domingos, como já demonstramos.

Nas eleições de 1989, foram contabilizados um pouco mais de 4.654.260 de votos brancos e nulos, cerca de 6,4% dos votos válidos, em conjunto com as abstenções. Nesse sentido, houve uma taxa de 18,4 de alienação eleitoral, número elevado se tratando da primeira eleição depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente.

No estado do Paraná, a participação do eleitorado foi alta, logo, as taxas de alienação na unidade federativa estiveram abaixo da média nacional. Costa (2006), ao analisar as taxas de votos

brancos e nulos, verificou que o percentual de votos nulos na região nordeste foi na ordem de 8,54%, utilizando como variável de análise o IDH. No Paraná os maiores índices de votos brancos foram registrados na mesorregião metropolitana de Curitiba, com maiores números nas microrregiões Cerro Azul e Curitiba (Figura 11). No contexto geral, a participação por candidato foi muito elevada, entre 50% e 72% em média.

Figura 11 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) brancos por município (PR).



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989.

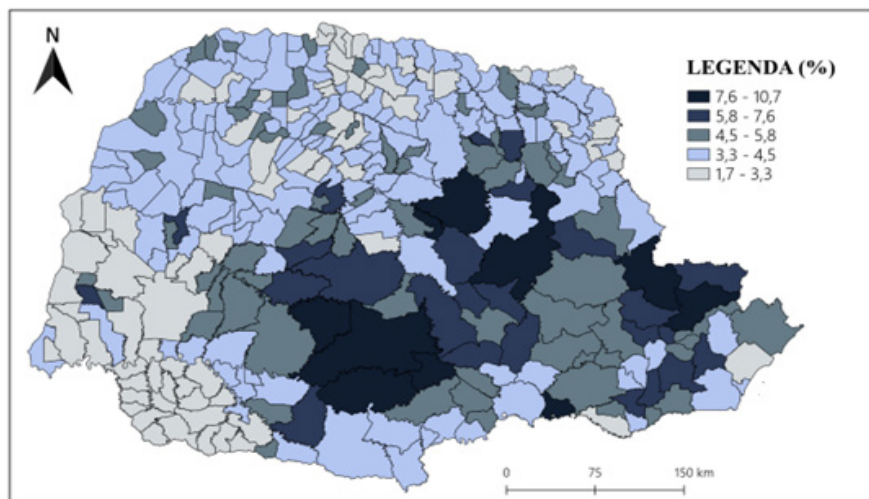
Os estudos demonstram que os estados com maiores percentagens de votos em branco foram aqueles com baixa densidade eleitoral, combinado com grandes extensões territoriais e baixo IDH (Costa, 2006), o que não era o caso do Paraná naquele período, até então o quinto IDH do país.

Em relação aos votos nulos no estado do Paraná, concernentes à eleição presidencial de 1989, os maiores índices estão na porção norte-central e oriental, na mesorregião metropolitana de Curitiba e no centro-sul paranaense (Figura 12). Há coincidência

de votos nulos e brancos, mas o destaque está no centro-sul do Paraná, mais especificamente nos municípios da microrregião de Guarapuava, onde as taxas de votos nulos são superiores às taxas de votos em branco.

Reforçamos que essas diferenças podem estar relacionadas ao IDH por município, visto ser a variável chave para definir aspectos da alienação eleitoral no Brasil em 1989, mas também a fatores ecológicos e de densidade eleitoral. Analisando os números da participação por candidato, eles são menores nos municípios da região metropolitana de Curitiba. Votos brancos e nulos coincidem; no entanto, na porção centro-sul, os votos nulos diferem quase oito pontos em relação aos brancos. Foram anulados por erros relacionados à escolaridade ou simplesmente manifestos contra o sistema eleitoral? Uma questão a se pensar.

Figura 12 – Eleições presidenciais de 1989 (1º turno): percentual de votos (%) nulos por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

Em suma, no estado do Paraná, entre 318 municípios, o candidato Fernando Collor saiu vitorioso em 268; Brizola venceu em

48 municípios; Afif Domingos e Lula saíram vitoriosos em um município cada, no entanto, o candidato do PL teve maior número de votos no município de Ponta Grossa.

Segundo turno: polarização no Brasil e no Paraná

O segundo turno das eleições de 1989 foi realizado no dia 17 de dezembro de 1989, no qual Fernando Collor (PRN) obteve 35.089.998 votos (53,3%), contra 31.076.364 (46,97%) de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Foi a primeira vez na história republicana do Brasil que uma eleição para presidente foi decidida no segundo turno.

Nesse momento houve uma polarização de tendências e projetos. Collor foi apoiado pelas legendas e lideranças mais conservadoras e à direita do espectro político (PDS, PFL, PTB, PDC, PL e uma das alas PMDB). Hoje, a historiografia entende essa aliança mais como uma corrente contrária a Lula do que um apoio tácito a Collor. Lula recebeu apoio de setores e lideranças mais progressistas, como Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB) e Roberto Freire (PCB). A coligação foi fundamental para o candidato do PT, que nas primeiras pesquisas sobre o segundo turno aparecia com 38% das intenções de voto, sendo o apoio de Brizola essencial para o desempenho final de Lula.

No segundo turno, a grande mídia teve novamente papel fundamental em favor do candidato do PRN. Os grandes grupos burgueses da mídia brasileira juntaram forças contra Lula e contribuíram com a vitória de Collor. Nos últimos dias de campanha, a tendência eleitoral mostrava Lula em vantagem sobre Collor. Todavia, para evitar a vitória do PT, a Globo realizou distorções jornalísticas em comunhão com o jornal O Estado de S. Paulo, como, por exemplo, a tentativa de vincular o sequestro do empresário Abílio Diniz ao PT, o que também foi feito por Boris Casoy, âncora de um jornal do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). No entanto, o episódio emblemático desse processo foi o último debate entre Collor e Lula realizado às vésperas da votação e promovido pela Globo, que o editou destacando as atuações de Collor e os momentos desfavoráveis de Lula (Kucinski, 1998)

A atuação da mídia acentuou a polarização ideológica, contribuindo para os alinhamentos ideológicos pautados por

preferência partidária e outros que levaram em consideração a avaliação do eleitor sobre o desempenho do governo então em exercício. (Singer, 2000; Carreirão e Kinzo, 2004). O resultado do segundo turno mostraria um eleitorado dividido, tendo a vitória de Collor uma margem muito pequena de votos em relação a Lula (Quadro 2).

Quadro 2 – Votos por região (2º turno).

	Luiz Inácio Lula da Silva		Fernando Collor		Total válidos
	Votos	Proporção	Votos	Proporção	
Norte	897.758	29,49%	2.146.849	70,51%	3.044.607
Centro-Oeste	1.443.267	36,75%	2.483.519	63,25%	3.926.786
Nordeste	7.042.032	44,32%	8.848.135	55,68%	15.890.167
Sudeste	15.790.617	49,55%	16.079.397	50,45%	31.870.014
Sul	5.877.279	51,69%	5.493.731	48,31%	11.371.01

Fonte: Brito (1989).

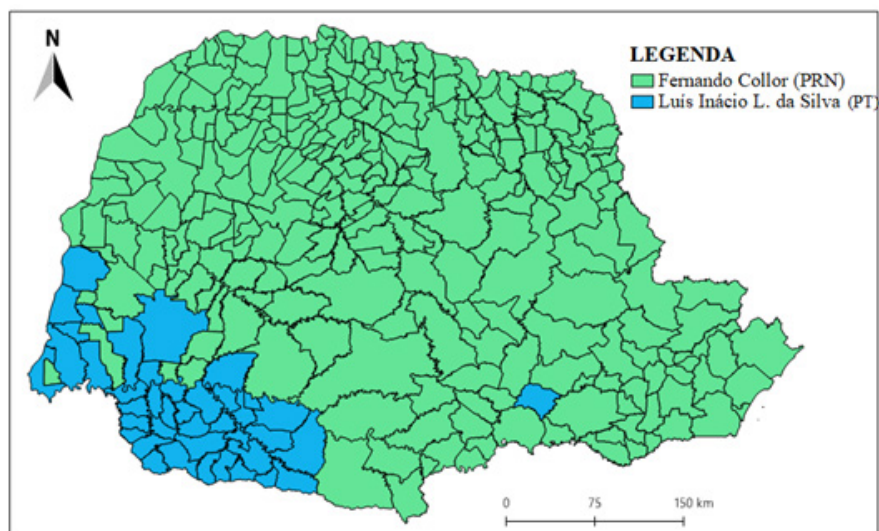
Na região sul, Lula teve melhor performance que Collor apenas no estado do Rio Grande Sul. Collor saiu vencedor nos estados de Santa Catarina e Paraná (Figura 13). Especificamente no Paraná, o candidato do PRN obteve 2.793.218 votos (67,29% dos votos válidos), em um total de 4.150.972, contra 1.357.754 (32,71%) recebidos por Lula (Quadro 3).

Quadro 3 – Votos de Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva.

	Paraná	Proporção	Brasil	Proporção
Collor	2.793.426	63,58	35.089.998	49,94
Lula	1.357.994	30,91	31.076.364	44,23
Branços	50.797	1,15	986.446	1,40
Nulos	191.330	4,35	3.107.893	4,42

Fonte: Brito (1989).

Figura 13 – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): candidato vencedor por município (PR).



Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



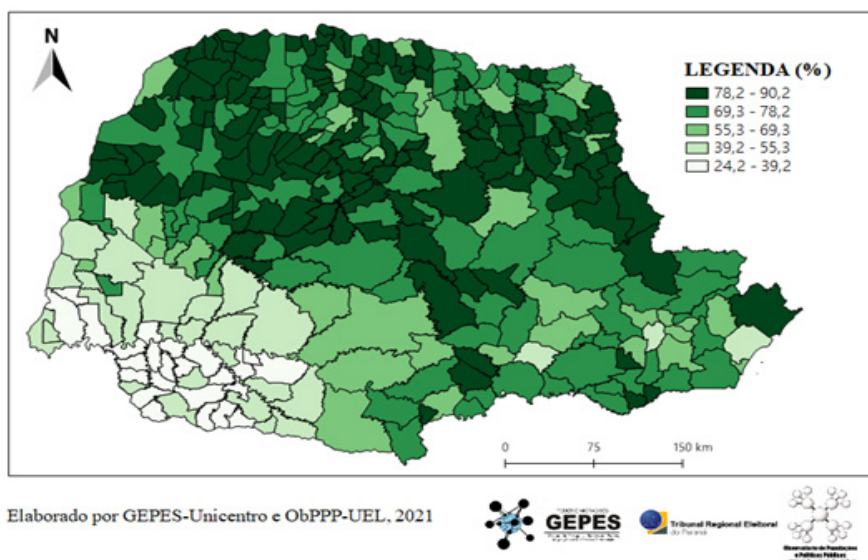
*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

Collor manteve o desempenho do primeiro turno. As alianças realizadas lhe garantiram os votos que havia obtido e a vitória nos municípios das regiões noroeste, centro-ocidental, norte pioneiro, centro-oriental, centro-sul e sudeste, chegando a ter 90% da preferência dos votos e superando as percentagens do primeiro turno (Figura 14). Dentre os municípios com grande eleitorado, Collor venceu em Curitiba com 384.667 votos (51,97%). Em outros municípios com grande eleitorado, como Londrina, Maringá e Ponta Grossa, a média de porcentagem alcançou 60% dos votos totais (Figura 14).

O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, teve um grande desempenho no segundo turno no estado do Paraná, conquistando grande parte de seus votos nos municípios do oeste e sudoeste paranaense. Esse desempenho está relacionado à aliança que realizou com Leonel Brizola que, no primeiro turno, performou muito bem nessas mesorregiões. Ao observarmos a Figura 14,

notamos que os votos de Lula estiveram concentrados nos municípios nos quais o PDT teve a maioria de seus votos no primeiro turno. Lula teve empate técnico com Collor em Foz do Iguaçu e alcançou mais de 40% dos votos em Cascavel. Na capital, Lula saltou de 75 mil votos no primeiro turno para 303.551 no segundo. Ademais, Lula performou muito bem nos municípios de Londrina, Maringá e Ponta Grossa (Partido dos Trabalhadores, 2012).

Figura 14 – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): percentual de votos (%) de Fernando Collor por município (PR).

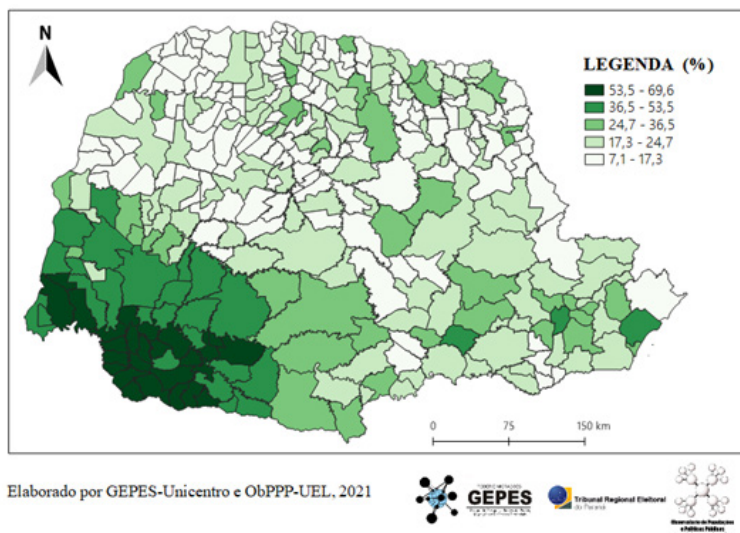


*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

Em números absolutos, ocorreu uma diminuição dos votos em branco e nulos em âmbito nacional e houve a ampliação da abstenção (11.806.032). A taxa de alienação eleitoral aumentou no segundo turno para 22% (15.900.371 de votos).

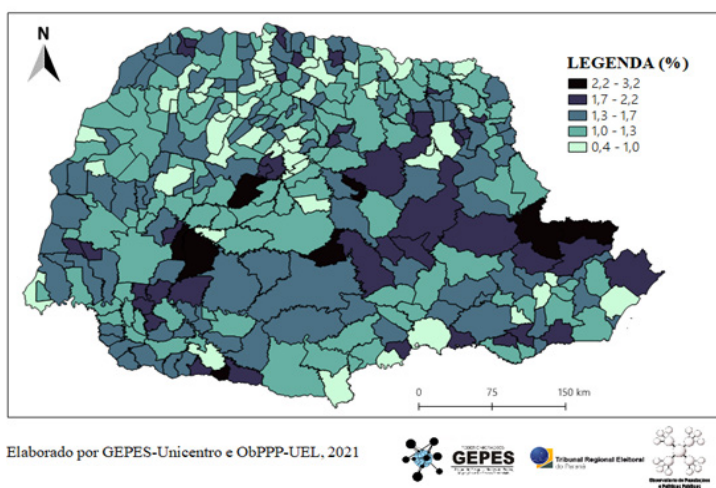
No estado do Paraná, as taxas de votos brancos nos municípios também diminuíram. É possível observar na Figura 15 que a concentração das maiores percentagens de votos brancos permaneceu nos municípios das mesorregiões metropolitana de Curitiba, centro-oriental e sudeste Paranaense, mas com dois pontos percentuais a menos em relação ao primeiro turno.

Figura 15 – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): percentual de votos (%) de Luiz Inácio Lula da Silva por município (PR).



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

Figura 16 – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): percentual de votos (%) brancos por município (PR).

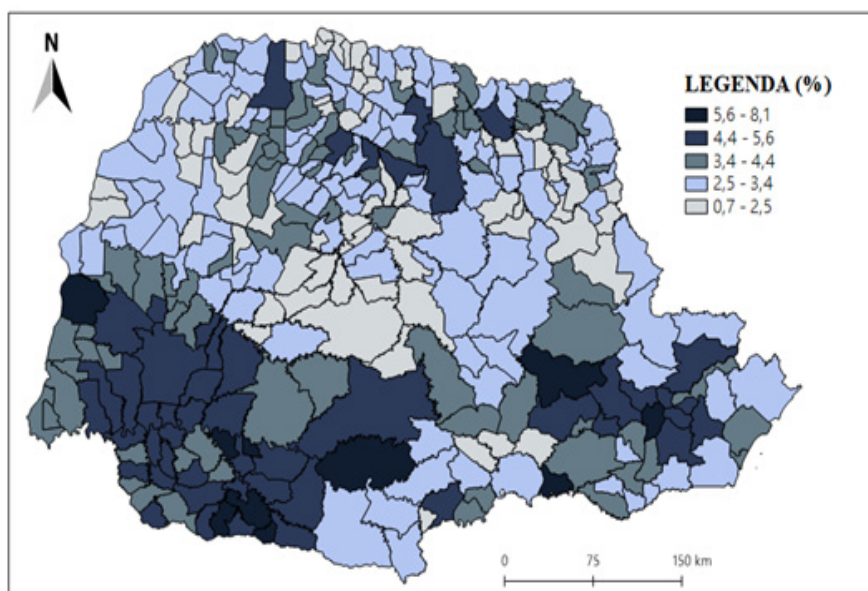


*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

A explicação para a diminuição de tais índices está na ampla divulgação feita pela mídia no segundo turno, que influenciou a participação eleitoral. No caso do Paraná, onde as taxas já eram baixas, os números estão relacionados à situação socioeconômica do estado e ao alto nível de escolaridade da população, o que amplia a participação política. Para Reis (1991), este último fator é fundamental para entendermos a participação e a alienação eleitoral.

Os votos nulos também diminuíram no estado do Paraná durante o segundo turno (Figura 17), em dois pontos percentuais em relação ao primeiro, no entanto, no segundo turno, a concentração de votos nulos foi ampliada no oeste e sudoeste paranaense, coincidindo com as áreas dos municípios em que Lula recebeu grande parte de votos nessa etapa do pleito.

Figura 17 – Eleições presidenciais de 1989 (2º turno): percentual de votos (%) nulos por município (PR).



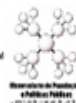
Elaborado por GEPES-Unicentro e ObPPP-UEL, 2021



GEPES



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná



*A malha municipal de 2020 foi geoprocessada para contemplar as divisões municipais existentes em 1989

Considerações finais

No contexto geral, Fernando Collor de Mello teve uma grande performance no estado do Paraná na eleição de 1989 perante os demais candidatos: no primeiro e no segundo turno, venceu na maioria dos municípios, apesar de Lula ter tido um grande desempenho no segundo turno. Isso ocorreu porque os municípios com eleitorado brizolista lhes deram apoio. Ainda assim, Collor venceu de forma incontestável e com uma larga margem de votos no Paraná, algo distinto do contexto nacional.

Não era o nosso objetivo no texto, mas ao longo da discussão apresentamos alguns motivos que contribuíram para a vitória de Collor nos territórios paranaenses. Primeiramente, Collor foi favorecido pelos cismas do PMDB em âmbito nacional, rusgas que reverberaram no Paraná; depois, devemos considerar a visibilidade dada pela grande mídia a Collor, que o apoiou descaradamente; por fim, as bases da esquerda no Paraná ainda estavam se formando e se consolidando, como foi possível verificar, apesar da força política de Brizola no oeste e sudoeste paranaense e da expressiva quantidade de votos que obteve nos municípios que compunham essas regiões. Todavia, o apoio que recebeu se mostrou insuficiente para derrotar o PRN e suas alianças naquele momento. O PT, de igual modo, ainda estava em processo de formação e, quando encabeçou a chapa, venceu em apenas uma cidade. Naquela época, aparentemente, o paranaense não estava disposto a votar em partidos de cunho progressista.

Outro ponto a se destacar é que o estado do Paraná, em relação à média nacional, teve alta taxa de participação do eleitorado nas eleições, com 15% no que tange às taxas de alienação eleitoral. Os estados da região norte e nordeste apresentaram as taxas mais altas, na ordem de 30%. No entanto, entre os estados da região sul, o Paraná teve os números mais elevados.

No mais, os eleitores paranaenses foram os grandes vitoriosos do processo, pois tiveram a oportunidade de exercer seus direitos democráticos depois de 21 anos de ditadura militar e quase trinta sem poder escolher o presidente da nação. Viva a democracia!

Referências

- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2008). *Burocracia pública na construção do Brasil*. Fundação Getúlio Vargas. Digit. Disponível em: <https://bit.ly/3SqPrpd>. Acesso em: 5 ago. 2022.

- _____. (1990). *Da inflação à hiperinflação: uma abordagem estruturalista*. In: REGO, J. M. (org.). *Inflação e hiperinflação: interpretações e retórica*. São Paulo: Bional. p. 7-28.
- BRITO, M. *Eleição de 1989*. Atlas das eleições presidenciais no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3daRCwL>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. G. (2004). *Dados*: Revista de Ciências Sociais, vol. 47, n. 1, p. 131-68. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100004>.
- CASTRO, L. B. (2011). Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, F. et al. (orgs.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Elsevier. p. 97-129.
- CODATO, A. N. (2005). Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 165-75.
- COSTA, H. O. (2006). *Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- COSTA PINTO, E. (2019). Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. *Instituto de Economia (UFRJ)*, n. 007, p. 1-47. Disponível em: <https://bit.ly/3zXaY1A>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- GUILHERME, C. A. (2018). A transição rejeitada: PMDB e PFL na eleição de 1989. *Trilhas da História*, vol. 8, n. 15, p. 300-320.
- KUCINSKI, B. (1998). *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo.
- LIMA, E. M. (2001). *Sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros em perspectiva comparada: 1945-1964 e 1985-1998 (o plano federal)*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LIMA JÚNIOR, O. B. (1993). *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola.
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. (2014). A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 99, p. 5-24. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000200001>.
- MACIEL, D. (2012). *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda.
- MAZIERO, A. F. (2020). Voz ativa, destino escolhido: as eleições de 1989. In: *XV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Anais Eletrônicos. www.eeh2020.anpuh-rs.org.br

- MIGUEL, L. F. (2004). Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. *Sociologias*, ano 6, n. 11, p. 238-58. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000100011>.
- MOISÉS, J. Á. (1990). Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 22, p. 133-87. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451990000200007>.
- NICOLAU, J. (2002). *A participação eleitoral no Brasil*. University of Oxford Centre for Brazilian Studies. Disponível em: <https://bit.ly/3oUL8ow>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- OLIVEIRA, N. (1999). Meio ou fim: os dilemas da democracia na reprodução socioeconômica. *Cadernos do CEAS*, n. 183, p. 53-76.
- PARTIDODOSTRABALHADORES(2012).OPTEASELEIÇÕESPRESIDENCIAIS DE 1989. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/11-PTeleicoesPresidenciais.1989.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.
- REIS, A. C. A. (1991). A participação eleitoral e seus correlatos socioeconômicos. In: LIMA JÚNIOR, O. B. (org.). *Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- SALLUM, B. J. (1996). *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec.
- SINGER, A. (2000). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- SOARES, MC. (2009) *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.
- VITULLO, G. E. (2002). Participación electoral, comportamiento político y desestructuración social en Argentina y Brasil. In: LEVY, B. (org.). *Crisis y conflictos en capitalismo latinoamericano: lecturas políticas*. Buenos Aires: Clacso. p. 223-47.
- VITULLO, G. E. (2007). *Teorias da democratização e democracia na Argentina*. Porto Alegre: Sulina.
- ZAUERUCHA, J. (1994). Relações civil-militares no primeiro governo da transição brasileira: uma democracia tutelada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 9, n. 26, p. 162-78.